

## LUTA ÍNTIMA: A VIUVINHA, DE JOSÉ DE ALENCAR, E O PERIÓDICO CATÓLICO A ABELHA – VERDADE E CARIDADE

Iza Quelhas<sup>1</sup>

**Resumo:** Em meados do século XIX, no Brasil, o Romantismo exaltou valores como o idealismo e a individualidade, elementos constitutivos de ideários políticos, culturais e religiosos, em suas respectivas especificidades. O romance *A viuvinha* (1857), de José de Alencar, em sua trama, apresenta um ideal de sociedade e de indivíduo, aproximando-se da doutrina propagada pela Igreja Católica. O periódico *A Abelha – Verdade e Caridade*, vinculado à Igreja Católica, em 1854, representa um momento de disputa pelo poder, não estabilizada pela constituição promulgada em 1824. A complexa rede de relações na disputa pelo poder entre o Estado e a Igreja revela-se significativa para a cultura política e para a literatura.

**Palavras-chave:** Literatura; Imprensa; Catolicismo; José de Alencar; *A viuvinha*.

### Literatura e representações

(...) **a dor tinha dado lugar à reflexão**; e ele podia enfim lançar um olhar sobre o passado, e medir toda a profundidade do abismo em que ia precipitar-se. (*A viuvinha*, s/d, p. 11) [grifos meus]

Esta comunicação investiga o ideário católico, em sua realização discursiva, em diálogo com *A viuvinha* (1857), de José de Alencar (1829-1877), ao contrastar alguns tópicos da ficção e dos elementos de teor doutrinário do periódico em questão. A pesquisa sobre os periódicos, como subsídios de fonte primária, incorpora a imprensa como agência de produção e difusão cultural, inserindo-a no campo de estudos da literatura e da história social. Em relação à proposta, destaco duas questões mobilizadoras: a dominância do poder da Igreja Católica, durante o Segundo Reinado, por um lado; a questão moral e civilizadora que Alencar defendeu, por outro, como intelectual e agente político vinculado às ideias defendidas pelo partido Conservador ao qual se vinculava.

O ideário romântico, os símbolos e valores da Igreja Católica funcionam como sustentação de um processo civilizatório na obra ficcional de José de Alencar. À figura do escritor canônico soma-se a participação do intelectual atuante, sintonizado com o catolicismo e com certos aspectos do progresso. Trata-se de um escritor que se incumbiu de divulgar o Romantismo ao propor representações de nação, de nacionalidade, de convivência social e urbanidade. A função de intelectual, portanto, adequa-se ao que

---

<sup>1</sup> Doutora em Teoria Literária (UFRJ), Professora Associada (FFP-UERJ). E-mail: igquelhas@gmail.com



representa a cruz e a lei, sendo o Império do Brasil o “escolhido”, como herdeiro, para realizar a civilização da raça latina (DOMINGUES, s/d). A *luta íntima* travada pelo protagonista de *A viúvinha* é minimizada pelas escolhas que o escritor valoriza em termos de construção de uma sociedade que represente o país e uma cidade, a capital do império, em meados do século XIX.

O romance enfatiza habilidades. na ficção e na atuação numa cultura política em formação, de José de Alencar de representar maneiras de pensar ou de sentir, situando os protagonistas em determinados grupos sociais. O romance citadino ou urbano de Alencar não é um retrato idealizado de uma sociedade ou de um indivíduo, muito menos um protesto contra a ordem instituída. Em *A viúvinha* há um descompasso em relação a correntes mais libertárias do Romantismo, a partir da valorização de ideias conservadoras, que se apropria dos hábitos do cavalheirismo, numa sociedade patriarcal e sustentada pela escravidão. A regra e o compasso estão nas mãos desse escritor que prioriza as instituições, a tradição e a Igreja, enquanto vislumbra em certo progresso – a melhoria material das condições de vida nas cidades, por exemplo – um caminho que se bifurca. Não por acaso, ao final do romance folhetim, o espaço desloca-se para um local bucólico, afastado da ebulição das cidades e do ambiente nefasto da corte. O isolamento e o conservadorismo vencem a crença que se mostra superficial no progresso.

Ao dar voz aos sentimentos contraditórios e intensos que atravessam o protagonista, num momento de mudanças (no caso da ficção, no estado civil), o suicídio que ocorre no pensamento de Jorge é uma ideia não consumada. A *luta íntima* vivida pelo personagem dimensiona o dilaceramento também da instância autoral, identificada com a imagética e temática românticas sem sentir horror à realidade. Tem-se uma autoconsciência atormentada que permanece por todo o romance após o casamento de Jorge e Carolina. Essa autoconsciência, no entanto, não promove rupturas com o *status quo*, pelo contrário, a luta íntima ocorre para que o indivíduo se adeque a uma sociedade que já tem esgotada sua cota de desgraçados e miseráveis. Estes não aparecem nos romances alencarianos. Ao protagonista é dada a possibilidade de renascer das cinzas, mantidos, inclusive, os privilégios de sua classe social.

Quanto ao gênero literário, o folhetim, criado pelos franceses, divulgado nas grandes cidades, era uma narrativa marcada pela função de entretenimento, que passou a



ocupar determinadas partes do jornal, os rodapés, nas primeiras décadas do século XIX. Na capital do Império, o gênero favoreceu o interesse pelos jornais diários que circulavam, com mais frequência, em ambientes citadinos. Na França, o *Feuilleton* (MEYER, 1996) ocupou os rodapés de periódicos da época, dividindo o espaço da página com gêneros textuais e discursivos variados: receitas de beleza, receitas de cozinha, moda, eventos da corte considerados mundanos e toda a sorte de textos que atraíssem leitores, cansados de periódicos repletos de comunicações oficiais e controlados pela censura de Napoleão I (NADAF, 2009).

Na trama do romance, a importância da herança paterna, perdida pelo filho em jogos e apostas ou futilidades, introduz uma questão maior: a relação dos personagens com o dinheiro ou o capital, com o sistema de troca e de empréstimo, numa concepção de capitalismo atrelado às transformações urbanas, que implicam modos de sentir, agir, falar e comunicar em sociedade. Na esfera pública, em construção no Brasil oitocentista, a imprensa doutrinária, ao agregar pessoas, indivíduos em torno de valores, significados mentais e culturais, torna perceptíveis as práticas de inclusão e de exclusão, como acontece em relação ao suicida, rechaçado pelas leis eclesiásticas, citado em texto no periódico investigado e presente no enredo alencariano.

Em *A Abelha* – verdade e caridade, no primeiro número, no texto intitulado “O suicida”, é afirmado que um indivíduo que se mata deve ser tratado como um criminoso, da pior espécie, sem perdão. No romance de Alencar, o suicídio é uma saída imaginada pelo personagem, não consumada, pois predomina a racionalização do problema e a intervenção do tutor, elementos da trama que serão conhecidos pelos leitores apenas ao final da narrativa.

Os suicidas, em sua maioria, como afirma o narrador, tiram a própria vida por motivações financeiras, falências, ausência de perspectivas de futuro. O dinheiro, portanto, está no centro das motivações desses indivíduos. Em pleno movimento do Romantismo, as questões materiais e financeiras são colocadas no mesmo plano do idílio amoroso.

#### **Periódicos e literatura: instâncias de produção, difusão e consumo**



Na História Cultural, a produção teórica e ensaística de Roger Chartier (1990) destaca o conceito de representação que resulta de práticas, na atribuição de sentidos e significados plurais. Os sentidos, para Chartier, são historicamente construídos, portanto, podem mudar. Em *A viúvinha*, as representações apontam um ideal de vida burguesa almejado por uma elite letrada na qual Alencar se move, perfeitamente integrado.

No âmbito da imprensa, o periódico *A abelha religiosa* - verdade e caridade, em circulação no ano de 1854, publicado pela Empresa Typográfica Paula Brito, destina-se a propósitos doutrinários e de divulgação dos feitos eclesiásticos. Cumpre observar que, nos estudos sobre a literatura alencariana, as representações acionam valores tão burgueses quanto católicos, implicam renúncia, sacrifício e devoção, virtudes que os protagonistas revelam no decorrer da trama. É nítida a identificação com a moral católica ajustada às qualidades dos protagonistas e à manutenção do patriarcado.

Dos números um ao sexto, o jornal apresenta teses e considerações a respeito de temas variados: a “Terra de Santa Cruz”, a canonização de Anchieta; as diferenças entre panteísmo, progressismo e catolicismo, com a superioridade deste último; a adoção do véu por parte de mulheres em “Triunfo da religião”; a “roda dos *engeitados*” (grafia original; grifos meus) como uma invenção ou filha da caridade; a comparação do ateu ao mais “imprudente mentiroso”, e a solução cristã para fazer desaparecer o “facho das revoluções”.

A Constituição de 1824 (NOGUEIRA, 2012) negou liberdade religiosa a todos que não fossem Católicos, mantida a religião do Império. As demais religiões serão apenas “permitidas”. De acordo com o artigo 5º:

A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com *seu culto doméstico, ou particular em casa para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo*. [grifos meus]

A contraditória noção de liberdade submete-se ao controle: a não participação em cultos ou rituais de religiões não católicas. Não poderia haver um templo fora do ambiente doméstico que não fosse católico. Atendidas tais condições, havia o que foi chamado *liberdade religiosa*. A Constituição Política do Império estabeleceu que a religião Católica Apostólica Romana se tornara, após 1822, a religião do Império (art. 5º), com



todas as implicações de um Estado confessional. O imperador, antes de ser aclamado, teria que jurar manter a religião (art. 103), sendo competência do poder executivo *nomear os bispos e prover os benefícios eclesiásticos* (art. 102, II). Havia, assim, pela Carta Constitucional de 1824 *uma questionável garantia de crenças*, sem liberdade de cultos, sem liberdade para a construção de templos como espaços de congregação e reunião. Outras religiões ou práticas religiosas são denominadas crenças e ignoradas pelo texto constitucional.

### ***A Abelha religiosa – Verdade e Caridade***

Em 29/07/1854, o periódico católico publica o primeiro número, propriedade da Empresa Dois de Dezembro. Foi distribuído gratuitamente aos senhores acionistas; quando não acionistas, o preço consistia em 80 rs. O jornal tinha uma sede na Praça da Constituição, número 64, publicado pela Empresa Typográfica Paula Brito.

Sobre a importância, apesar de negada pela Igreja, da Revolução Francesa, em publicações periódicas, há um reconhecimento de sua influência, o que deveria ser objeto de refutação e construção de estratégias (KLAUCK, 2016) que mantivessem a racionalidade no discurso católico. Nas palavras de Costa Lima, no Capítulo II, de “O Iluminismo francês e Diderot”, na primeira parte, “Racionalismo e religião” (LIMA, 1988) são analisadas as mudanças relacionais da religião e da razão. Esta, identificada com “uma faculdade comum a todos os homens normais, o senso comum” (Idem, p. 79-80). No periódico católico, no texto intitulado “O que é ser homem”, às perguntas feitas sucedem negativas: ao homem não basta a razão, qualidade humana destacada pela Revolução Francesa, que o diferenciaria dos outros animais. Seriam necessários a “inteligência” e o seu uso para distinguir, conformar, isto é, harmonizar. É indispensável controlar, no caso, o controle seria o da Igreja.

*A Abelha Religiosa* – verdade e caridade aponta seu principal objetivo que se conforma, por sua vez, à racionalidade. No subtítulo, a “verdade” e a “caridade”, além do trabalho infinito que atribuem os religiosos a Deus, ao homem caberia identificar a verdade, formar ou dispor, saber a quem a caridade se destina, isto é, quem é merecedor ou não. No significado etimológico, a palavra caridade, substantivo feminino, reúne um primeiro conjunto de sentidos (‘benevolência, complacência, compaixão’), num segundo,

‘benefício, esmola’, documentada no século XIII (CUNHA, 1982). A razão e o uso da inteligência do homem são a realização mais plena da semelhança ao ser divino. Nas páginas seguintes, imagens do periódico, com data de 29 de julho de 1854.



Imagem 1 *A abelha* – verdade e caridade,  
número 1, sábado, 29/07/1854, p. 3.



Imagem 2

A abelha – verdade e caridade,  
número 1, sábado, 29/07/1854, p. 4.



No texto “O suicida” (Imagens 1 e 2), há uma defesa contundente do poder de exclusão das leis da Igreja Católica ao determinar a negação de sepultamento de um suicida em terreno abençoado, com os ritos católicos. O sujeito do discurso dirige-se, no início a quem chama “desgraçado”, por afrontar o “Onipotente” com seu crime (o suicídio). O fato de ser um suicida torna-o imediatamente sem razão, por não fazer uso da inteligência. É justificada a prática dessa “salutar determinação” (das leis eclesiásticas) por ser incumbência dos clérigos a exclusão e o banimento, ações dissimuladas num procedimento pedagógico disfarçado em bem comum. No último parágrafo, o *eu do discurso* dirige-se aos “legisladores brasileiros”, clama por concordância e o argumento final, ápice do que é defendido: “sem religião não há sociedade”.

### **A luta íntima**

No texto do periódico “O Suicida”, há uma contundente crítica da igreja a quem tira a própria vida. Em termos de associação reflexiva, tanto o periódico quanto o romance dialogam: o valor da vida do indivíduo afeta a manutenção da Igreja, do Estado imperial e do capitalismo em ascensão. Em *A viuvinha*, destaco os capítulos V, VI e VIII, que reúnem comentários explícitos do narrador em relação aos suicidas e ao lugar que, na cidade do Rio de Janeiro, era chamado de “O templo do suicídio”. Este se localizava no terreno onde eram realizadas obras para a construção de uma instituição assistencialista: os “largos alicerces do Hospital de Santa Luzia” (p. 15). Numa comparação com o que acontecia em outras grandes cidades como Lisboa e Paris, Alencar antecipa-se a críticas que pudessem atribuir as causas do suicídio a um processo civilizatório incipiente, no país.

Escritor comprometido com a representação do nacional e a um projeto edificante da literatura (ter o que ensinar a quem precisa aprender), Alencar elabora uma narrativa, com elementos de suspense, antecipação e retardo que emprestam à história ficcional a dimensão de um romantismo que dialoga com a realidade e os costumes sociais, marcando o alcance do folhetim por sua sintonia com o tempo presente no qual se insere. Longe de uma interpretação melancólica ou saudosista, Alencar problematiza designações atribuídas, em sua maioria, aos artistas românticos, reunidos em grupos



antagônicos: “revolucionários” ou “reacionários” (SAYRE; LOWY, 1995). Sua adesão aos ideais católicos, num contexto amplo dos processos civilizatórios e às transformações urbanas e sociais implicadas, não invalida a modernização urbana, ao mesmo tempo em que mantem o conservadorismo nas relações sociais.

O texto “O Suicida”, no periódico, orienta seu discurso aos legisladores brasileiros, criminaliza o suicídio; o suicida é um criminoso que merece a exclusão e a punição social. No romance, o suicídio é um “quase”, não um ápice, revelado apenas ao final como um engano imposto aos leitores: são omitidos os detalhes do episódio que envolve a conversa entre Jorge e seu tutor, no momento em que, após o casamento, Jorge trava sua luta íntima. A ausência de informações, no tempo da história é um “gancho” que mantem o interesse de leitores no enredo ficcional. Jorge, o protagonista, reaparecerá com seu nome próprio ao surgir como um “renascido”, com a posse da fortuna construída pelo sacrifício e obstinação, virtudes que dominam sua participação na segunda parte do romance. Nesse desdobramento, o foco na viúva, Carolina, é um apêndice da exigência moral que prevê a submissão feminina, também sob o signo do engano, quando a personagem afirma não reconhecer no estranho o marido falecido. O engano e a virtude se completam.

### **Efêmeros e duradouros: a construção de memórias**

O título do periódico anuncia a proposta de doutrinação do ideário católico, mas o faz com uma racionalidade afim a um pensamento livre ou às ideias propagadas, com mais vigor, desde os Renascentistas (LIMA, 1988). Estes preconizavam a razão e a irreligiosidade como necessidade de ultrapassar as escolhas e prioridades do homem medievo. Por esse viés, a racionalidade se propaga em textos doutrinários religiosos, ao colocar em funcionamento e proximidade a fé, os avanços científicos e as transformações sociais. Nesse diálogo que explora a intersecção de ideários e valores, tem-se uma cultura política, para a qual a literatura e a imprensa contribuíram diretamente para formar.

Segundo Almond e Verba (1963), a cultura política é expressão de um sistema político através de percepções, sentimentos e avaliações ou práticas sociais e culturais produzidas por grupos sociais, numa tentativa de agregar valores e compartilhamentos do que é mais ou menos abstrato, mas intensamente significativo para a vida em sociedade.

A orientação para a caridade, no periódico e no romance, ressalvadas as respectivas especificidades, sugere uma percepção de que há um crescente e, possivelmente,



ameaçador, número de pessoas sem meios de sobrevivência ou subsistência. Essa população de excluídos não é representada na obra alencariana, no periódico católico aparece como reunião de indivíduos que precisam ser doutrinados. O exercício da caridade, portanto, torna-se um problema e uma urgência inadiável.

A narrativa, nas últimas páginas, reassume sua feição epistolar. Trata-se de uma carta destinada a uma parente, desde o início, é uma confissão e pressupõe expiação. Jorge provocara a própria falência, no uso desmedido da herança paterna, ao fim, o tutor, senhor Almeida, elege os filhos do casal, Jorge e Carolina, como herdeiros legítimos de seus bens. Essa proximidade entre personagens que têm parentesco ou íntima relação permite enunciar segredos valiosos.

A herança e seus significados assumem uma dinamicidade que tem a ver com a sociedade e o modo como opera as relações de parentesco e intimidade social no tempo. Aquele que foi um tutor deixa toda a sua fortuna, num testamento, aos filhos de Jorge, tornando-os seus legítimos herdeiros. O parentesco é, portanto, também construído, não se limitando aos elos de sangue.

Jorge e sua mulher são hoje nossos vizinhos; têm uma fazenda perfeitamente montada. Para evitar a curiosidade importuna e indiscreta, haviam imediatamente abandonado a corte.

A boa D. Maria já está bastante velha. O sr. Almeida partiu há seis meses para a Europa, tendo feito o seu testamento, em que instituiu herdeiros os filhos de Jorge.

A rede de relações que se visualiza no final do romance pode identificar-se ao que Jacques Le Goff (1990) designa como comunidade discursiva. Le Goff assim nomeia, no campo das representações, quando estas se ligam a um circuito de significados validados socialmente. A comunidade discursiva é também a que aproxima conflitos e identificações, apropriações e produção de sentidos de uma cultura política em elaboração coletiva. A periodicidade do jornal, que divulga e promove o romance folhetim, na segunda metade do século XIX, funciona na esfera da produção e do consumo. Na comunidade discursiva que tanto a imprensa quanto a literatura construíram, com maior intensidade, no Brasil oitocentista, os periódicos são efêmeros e a construção da memória, tal como a ficção, infinita, em possibilidades. Tem-se a importância de estudos que explorem aproximações e/ou intersecções *inter* e transdisciplinares.

## Referências

### a) bibliográficas

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Irineu; QUELHAS, Iza (Org.). *Papéis efêmeros, explorações permanentes*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2014.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NADAF, Yasmin Jamil. O romance-folhetim francês no Brasil: um percurso histórico. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n.2, p. 119-138, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; OLIVEIRA, Paulo Motta; DAVID, Sérgio Nazar; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.). *Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

NOGUEIRA, Octaciano. *Constituições brasileiras*. V. I. 1824. Brasília: Senado Federal, 2012.

SAYRE; R.; LOWY, M. *Revolta e melancolia*. O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

### b) Digitais

*A Abelha – Verdade e Caridade*. Sábado, 29/07/1854, número 1. Site da Hemeroteca digital da FBN, disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 18/10/2016.



ALENCAR, José de. [s/d]. *A viuvinha*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. In:  
[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&coobra=2089](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=2089). Acesso em: 10/07/2016.

COSTA, Emília Viotti da. “Concepção do amor e idealização da mulher no Romantismo – considerações a propósito de uma obra de Michelet”. *Alfa* – Revista de Linguística. In: [seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3216](http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3216). Acesso em: 12/10/2016.

DOMINGUES, Beatriz Helena. “Neotomismo e ciência moderna: a revolução científica na península ibérica”. In:  
[www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh3/trabalhos/Beatriz%20Helena%20Domingues.pdf](http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh3/trabalhos/Beatriz%20Helena%20Domingues.pdf). Acesso em: 08/08/2017.

KLAUCK, Samuel. “A imprensa como instrumento da defesa da Igreja Católica e de reordenamento dos católicos no século XIX”. *Mneme* – Revista de Humanidades, 11(29), 2011, jan./julho. Disponível em:  
<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>. Acesso em: 15/11/2016.